



## **EDITAL Nº 001/DEINFRA/2014 PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO**

De acordo com a Comissão do Concurso Público, o Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA torna pública a RETIFICAÇÃO do EDITAL 001/DEINFRA/2014, destinado a selecionar candidatos para o provimento de vagas de Advogado Autárquico, nos seguintes itens:

### **PRIMEIRO**

No Item 2.2 – Leia-se:

2.2 A função, escolaridade, requisitos mínimos, número de vagas e atribuições estão indicados a seguir.

**FUNÇÃO: ADVOGADO AUTÁRQUICO**

**ESCOLARIDADE/ REQUISITOS:** Curso de graduação, de nível superior, Bacharelado em Direito, reconhecido pelo Ministério da Educação. Registro na Ordem dos Advogados do Brasil- OAB.

**MUNICÍPIO DE LOTAÇÃO:** Florianópolis, SC.

### **DAS VAGAS**

CARGO	VAGAS LIVRE CONCORRÊNCIA	VAGAS RESERVADAS	TOTAL
Advogado Autárquico	07	01	08

### **SEGUNDO**

No item 3.1- Leia-se:

3.1 A remuneração mensal inicial, referente ao mês de setembro de 2014, correspondente ao cargo objeto deste Concurso Público, é composta de:

CARGO	ADVOGADO AUTÁRQUICO
VENCIMENTO (Classe IV, Nível 1, Referência A)	R\$ 1.296,00
Auxílio Alimentação (22 dias uteis)	R\$ 264,00
Gratificação De Atividade Jurídica**	R\$ 3.463,79
Retribuição Fin. L.C. 16.465/2014	R\$ 750,00
Total	R\$ 5.773,79

### **TERCEIRO**

No ANEXO I -CONTEÚDO PROGRAMÁTICO de Direito Ambiental- Leia-se:

#### **DIREITO AMBIENTAL**

Objetos de estudo do Direito Ambiental. Princípios do Direito Ambiental. Fontes do Direito Ambiental. Metodologia do Direito Ambiental. A Constituição de 1988



e o meio ambiente. Política nacional de meio ambiente. Competências em matéria ambiental. O Sistema Nacional do Meio Ambiente. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): competência; constituição; plenário; câmaras técnicas. Poder de polícia e Direito Ambiental: Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Estudo do impacto ambiental (EIA) no Direito brasileiro. Competência para exigir o EIA. Natureza jurídica dos estudos prévios de impacto ambiental. O EIA e a administração pública. O licenciamento ambiental. Procedimento. A taxa de fiscalização ambiental. Zoneamento ambiental. Zoneamento ambiental urbano – Estatuto da Cidade: Estudo de Impacto de Vizinhança. Responsabilidade ambiental: A matéria na Constituição da República. Reparação do dano ambiental. **Novo Código Florestal (Lei 12.651/12)**. Lei no 9.985/00 – Unidades de Conservação. Política Nacional de Recursos Hídricos. A proteção judicial e administrativa do meio ambiente: Generalidades. O Ministério Público e a proteção ambiental. Inquérito civil público. Principais meios judiciais de proteção ambiental: ação civil pública; mandado de segurança coletivo; ação popular; desapropriação; tombamento. Crimes contra o meio ambiente (Lei no 9.605/98). Termo de compromisso. Termo de ajustamento de conduta.

Florianópolis, 30 de outubro de 2014.

Paulo Roberto Meller  
Presidente do DEINFRA